



Perón: entre o Partido Justicialista e o movimento sindical (1943-1955)

Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva

Graduada em Ciência Política

Assistente de Pesquisa no Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL)

UNIRIO

beatriz_bmss@hotmail.com

Resumo

Juan Domingo Perón foi eleito presidente da Argentina em 1946. Porém, em 1943, antes de integrar o *hall* presidencial, fez parte do Departamento Nacional do Trabalho e Bem-Estar Social (DNT) e da Secretaria do Trabalho (STP). Neste artigo os objetivos são: analisar o impacto das políticas executadas por Perón sobre o processo de integração social e política dos trabalhadores rurais e urbanos. Depois, avaliar o peso da *Confederación General del Trabajo* (CGT) e do recém-criado Partido Justicialista (PJ) na relação de Perón com a classe trabalhadora e os sindicatos. A metodologia empregue será a análise documental, adotando como principal referência o trabalho de Hugo del Campo. Ao final, busca-se comprovar que, junto a Perón, tanto o Partido Justicialista como a *Confederación General del Trabajo* foram essenciais para o fortalecimento do sindicalismo argentino pós-1955.

Palavras-Chave: Argentina; Perón; Sindicalismo

Resumen

Juan Perón fue elegido presidente de Argentina en 1946. Pero en 1943, antes de unirse al salón presidencial fue parte del Departamento Nacional de Trabajo y Bienestar Social (DNT) y de la Secretaria del Trabajo (STP). En este artículo, los objetivos son analizar el impacto de las políticas implementadas por Perón en el proceso de integración social y política de los trabajadores rurales y urbanos. A continuación, evaluar el peso de la Confederación General del Trabajo (CGT) y el recién creado Partido Justicialista (PJ) en la relación de Perón con la clase obrera y los sindicatos. La metodología empleada es el análisis documental, tomando como principal referencia la obra de Hugo del Campo. Al final, se busca demostrar que, junto con Perón, tanto el Partido Justicialista como la Confederación General del Trabajo eran esenciales para fortalecer el sindicalismo argentino post-1955.



Palabras-clave: Argentina, Perón, Sindicalismo

O momento pós-1943

O golpe militar de 1943 abriu mais um capítulo da história política argentina. O novo governo, liderado pelo general Pedro Ramirez, deu por encerrada a chamada “década infame” – conhecida por ser um período de grande instabilidade política e social e perseguição aos trabalhadores organizados em sindicatos. Articulado por um aliança militar nomeada Grupo de Oficiais Unidos (G.O.U) o golpe de 43 teve como um dos seus mentores Juan Domingo Perón, um coronel que mais tarde se consolidaria como um dos maiores líderes políticos da Argentina.

O então presidente Ramirez teve que lidar, logo de início, com a resistência do povo argentino a mais um governo militar. Desde o final de 1930 o país estava sob o comando (indireto) dos *estancieros* (criadores de gado), exportadores agropecuários e banqueiros britânicos (ETULAIN, 2005, p.163). Assim, o golpe de 1943 foi visto por este setor como uma oportunidade para seu retorno ao poder, sobretudo para os partidários da *Unión Cívica Radical* (UCR). Buscando confiança e legitimidade, os integrantes do novo governo seguiram uma estratégia ambígua com momentos de repressão/perseguição alternados com a concessão de benefícios sociais aos trabalhadores.

Oscilando entre momentos de estabilidade e instabilidade, o caminho até as eleições presidenciais de 1946 não foi fácil. O tempo transcorrido entre 1943 e 1945 foi marcado por inúmeras transformações nas relações de trabalho; já luta pelo poder foi conduzida pelas disputas entre radicais, conservadores e sindicalistas. Sendo as demandas trabalhistas uma das questões mais sensíveis da política argentina, os esforços do novo governo convergiram para a instauração da chamada justiça social com foco nos trabalhadores (urbanos e rurais, principalmente). O setor industrial, em expansão desde o fim da Crise de 29 não era devidamente regulado, sendo esta uma das portas de entrada para as ações postas em prática pelo *Departamento Nacional de Trabajo y Bienestar Social* (DNT), ainda em 1943.

No meio operário, a *Unión Ferroviária* torna-se o sindicato mais importante, dada sua inserção no plano exportador da Argentina e sua experiência em negociações com o governo – adquirida durante o governo Yrigoyen (ETULAIN, 2005, p.166-167). A intervenção da UF, e do *La Fraternidad* (outro importante sindicato ligado ao setor ferroviário) foi uma das primeiras medidas tomadas pelo governo de Ramirez para a contenção de possíveis “distúrbios sociais”, visto que tanto a UF quanto a LF estavam em condições de paralisar o país.

Com a intervenção do governo em setores estratégicos (principalmente no ramo de transportes) e a massiva participação do *Departamento Nacional del Trabajo* na resolução de conflitos trabalhistas, o número de greves em 1943 foi o mais baixo desde 1933; da mesma forma que as reuniões sindicais também se reduziram, apresentando os números mais baixos desde 1935 (DEL CAMPO, 1983, p.48 e 124)

QUADRO 1 – Atividade Sindical (1930-1945) ¹

Ano	Greves	Grevistas ²	Jornadas Perdidas
1930	111	104	153
1931	38	16	12
1932	93	122	284
1933	46	12	9
1934	37	92	162
1935	61	184	573
1936	96	302	294
1937	73	177	113
1938	39	31	50
1939	43	70	53
1940	47	45	49
1941	48	23	54
1942	100	141	139
1943	75	24	19
1944	24	32	9
1945	24	156	111

Fonte: DNT. *Investigaciones Sociales*, 1939, págs. 49-50. Dirección de Estadística Social (DES). *Investigaciones Sociales*, 1943, págs. 13 y 55

Como podemos ver, há uma variação inconstante entre o número de greves realizadas a cada ano e a quantidade de participantes - os “grevistas” - aqui contabilizados em milhares. Em 1936, por exemplo, houveram 96 greves que somadas reuniram cerca de 300 mil participantes durante o ano. As jornadas perdidas, neste caso, equivalem a um período de trabalho diário de 8h, ou seja, uma jornada perdida é igual a um dia de trabalho com 8 horas ininterruptas.

¹ A título de comparação, a média de greves entre 1907-1909, foi de 162, enquanto entre 1915-1919 o número chegou a 169, com uma média de 61.780 e 122.894 grevistas no período, respectivamente (DEL CAMPO, 1983).

² Número aproximado em milhares



A crescente intervenção estatal na mediação dos conflitos trabalhistas, como já mencionado, foi mais um ponto importante no papel exercido pelos sindicatos no país entre 1943 e 1945. Lobato (2007) afirma que o aumento da influência do *Departamento Nacional del Trabajo* (DNT) - antes sujeito apenas à investigação e mapeamento das atividades de trabalho – nas negociações e de sua interferência na resolução das greves a partir de 1935 proporcionou aos sindicatos um maior proximidade com o governo.

A entrada de Perón no DNT proporcionou aos sindicatos uma maior participação no governo. O início de uma gestão voltada diretamente para trabalhadores (tanto do campo quanto da cidade) e, sobretudo, o reconhecimento dos sindicatos como legítimos interlocutores do movimento operário, foram alguns fatores que trouxeram o movimento sindical para a zona de influência peronista. O **Decreto de Associações Profissionais** (1943) consolidou a intervenção e o controle do Estado sobre as entidades sindicais. Segundo Cardoso e Gindin (2008, p.10), o documento:

“(...) permitia ao Estado reconhecer ou não os sindicatos, garantindo-lhes o direito de fazer greve e o poder de participar da negociação coletiva. Uma estrutura sindical centralizada foi estabelecida e as finanças dos sindicatos cresceram através das contribuições deduzidas dos salários. Ao mesmo tempo, comunistas, esquerdistas, anarquistas e líderes independentes foram expulsos dos sindicatos de importantes setores como: empacotamento de carne, calçados, têxtil e metalurgia”

Perón “ensinou” a classe dominante que “estava na hora de aceitar a organização sindical, como na maioria dos países capitalistas europeus e, ainda, no outro extremo instava aos “de baixo” a que transformassem as organizações sindicais em organizações formais que fizessem parte do próprio Estado” (ETULAIN, 2005, p.167). Mas este posicionamento não era generalizado, pois para comunistas e socialistas o cenário era mais restrito. Organizações sindicais de cunho socialista ou comunista eram taxadas de subversivas e não tinham as mesmas facilidades que as entidades próximas ao governo.

Com a criação da *Secretaria do Trabalho e Previsão* (STP) em 1943³, o coronel “formalizou os canais de consulta com os representantes dos trabalhadores, incluindo-os no processo de formulação de políticas públicas e dando assistência estatal a sindicatos oficialmente reconhecidos” (CARDOSO & GINDIN, 2008: 9). Através da STP foram instituídas inúmeras reformas sociais focalizadas no trabalhador o que garantiu a Perón grande aprovação do mundo operário-sindical (LUCCA, 2011, p.3). Segundo Del Campo (1983, p.119):

³ Em 1943, por **Decreto-Lei Nº 15.074**, se cria a Secretaria de Trabalho e Previsão, incorporando-se a mesma diferentes dependências que anteriormente funcionavam em diversos organismos do governo. Foram transferidos para a Secretaria, ademais, os serviços e faculdades de caráter conciliatório e arbitral, assim como as funções de polícia do trabalho, os serviços de higiene industrial e os relacionados com o trabalho marítimo, fluvial e portuário. Por sua vez, os departamentos, direções e escritórios de trabalho e os organismos e serviços existentes nas províncias foram convertidos em **delegações regionais de Trabalho e Previsão**.



“Pela primeira vez – com a exceção parcial de Yrigoyen – um governante que dizia estar identificado com os trabalhadores parecia confirmar essa identificação ao ser objeto dos mais inflamados e violentos ataques das organizações patronais, da imprensa conservadora e todas as demais instituições tradicionalmente vinculadas com a classe dominante. Pela primeira vez, a organização dos trabalhadores era estimulada e ainda promovida desde o poder e os dirigentes sindicais viam a possibilidade de participar ativamente das decisões do governo (...)”

Souza (2015) argumenta que “a política de Perón foi marcada pela incorporação dos trabalhadores no processo de “cidadanização” econômica e política”. Nesse sentido, a aliança de classes tipicamente peronista e a posterior ‘partidarização’ do movimento sindical na Argentina, primeiro com o Partido Laborista (PL) e depois com o Partido Justicialista (PJ), garantiu a organização dos trabalhadores e o reconhecimento da instituição sindical como legítima interlocutora da classe operária. Nesse aspecto os sindicatos passaram a compor uma espécie de “corporativismo inclusivo”, sendo constantemente solicitados pelo coronel para a resolução de conflitos trabalhistas no âmbito estatal (SOUZA, 2012).

A postura adotada por Perón em relação aos sindicatos foi contundente. Sob sua perspectiva, os sindicatos, quando bem organizados, seriam a base social fundamental da **organização racional do Estado moderno** (DEL CAMPO, 1983). Sendo assim, eram três os aspectos que Perón considerava fundamental para a organização do movimento sindical: primeiro, um conjunto de **dirigentes capacitados**, no sentido de estarem inteiramente ligados com as questões sindicais e trabalhistas; depois, a **disciplina gremial**; e, por último, o **apoliticismo**, que pregava o alijamento de questões políticas e partidárias no núcleo do movimento sindical.

Além disso, para Perón, a ausência do Estado na intermediação dos conflitos trabalhistas era um dos motivos para a desordem social vivida na década anterior. À luz desse pensamento, defendia a intervenção no lugar da omissão. Sobre a postura do governo anterior e o papel que deveria ser exercido pela STP, pontuava:

“El Estado manteníase alejado de la población trabajadora. No regulava las actividades sociales como era su deber, sólo tomaba contacto en forma aislada cuando el temor de ver perturbado el orden aparente de la calle lo obligava a descender de la torre de marfil de su abstencionismo suicida. No se percataban los gobernantes de que la indiferencia adoptada ante las contiendas sociales facilitaba la propagación de esta rebeldía, porque era precisamente el olvido de los deberes patronales que, libres de la tutela estatal, sometían a los trabajadores a la única ley de su conveniencia. Los obreros, por su parte, al lograr el predominio de las agrupaciones sindicales, enfrentaban a la propia autoridad del Estado, pretendiendo disputar el poder político” (...)

“Con la creación de la STP se inicia la era de la política social argentina. Atrás quedará para siempre la época de inestabilidad y desorden en que estaban sumidas las relaciones entre patrones y trabajadores” (DEL CAMPO, 1983, p.135).



Assim, dentre as principais propostas feitas pela equipe de Perón na STP aos sindicalistas estava o apoio às políticas públicas realizadas pelo novo governo, a partir de 1943 (ARGENTINA, 2010b). Em 1944, a promulgação do **Decreto-Lei Nº 28.194**, que dentre outras coisas, estabeleceu o “*Estatuto del Peón de Campo*”, levou uma série de direitos sociais aos trabalhadores rurais ⁴ e foi uma das grandes bandeiras de Perón a frente da STP.

Contando com uma ampla margem de manobra e tendo forte liderança sobre os trabalhadores, principalmente os ferroviários, Perón “restringiu as inúmeras tentativas da vertente sindicalista dentro do peronismo, que buscava formalizar sua participação política, como por exemplo, em 1946, quando estes haviam dado impulso à formação do Partido Laborista (PL)” (LUCCA, 2011).

O 17 de outubro de 1945 e o Primeiro Mandato Presidencial de Perón

A criação do Partido Laborista (PL) – e posteriormente do Partido Peronista (PP)⁵ - remonta a uma mobilização de trabalhadores realizada em 1945 na Plaza de Mayo por apoiadores de Juan Domingo Perón, na época detido por opositores na Ilha Martín Garcia. Reuniu em sua base sindicalistas, defensores do peronismo e representantes favoráveis as políticas implementadas por Perón, quando este ainda fazia parte da *Secretaria del Trabajo*.

Nesse contexto, vale destacar a participação da primeira-dama Eva Perón como uma das grandes articuladoras do movimento peronista. Evita, como era conhecida na época, tratou de ser uma porta-voz da luta das mulheres pelo voto e com a deflagração do sufrágio feminino em 1947, garantiu o aumento da base de apoio para as eleições presidenciais de 1946. Dentre outras coisas, atuou na linha de frente no fortalecimento da relação com os trabalhadores. Posteriormente, através da Fundação Eva Perón (1948), voltada para a assistência social, consolidou uma rede de proteção aos trabalhadores, mulheres, crianças e idosos na Argentina. Por essa razão, recebeu algumas críticas de setores mais ortodoxos da Igreja Católica; setor que organizou uma grande resistência ao peronismo a partir da década de 50.

Durante a primeira presidência de Perón, a política econômica seguiu a linha protecionista e intervencionista. O apoio ao desenvolvimento do mercado interno – através da **industrialização por substituição de importações (ISI)** - embora não tivesse sido ideia original de Perón (um projeto da

⁴ Sistema de salários mínimos, descanso dominical, férias pagas, estabilidade, condições de moradia, espaço e higiene nos alojamentos dos trabalhadores. Dados do *Ministerio de Trabajo, Empleo Y Seguridad Social*, Argentina (2010).

⁵ A substituição do nome original para Partido Justicialista (PJ) ocorreu depois de promulgada a **Lei 19.102/1971**, que proibiu os partidos políticos de conter em seu nome designações pessoais ou derivados.



Unión Cívica Radical, de 1941, objetivava a instalação de novas indústrias e dava preferência às matérias primas nacionais), constituiu-se em uma das estratégias essenciais da primeira presidência peronista: promoção da indústria nacional (pequena e média) e favorecimento da política de empregos (ETULAIN, 2005).

A mobilização em outubro de 1945 teve dois grandes resultados: a convocação de eleições gerais e a consolidação de uma aliança que permitiu a chegada de Perón ao poder. A eleição de Perón para a Presidência da República, pelo Partido Laborista em 1946 contou com forte apoio dos sindicatos, sobretudo aqueles ligados à *Confederación General del Trabajo*. Cabe ressaltar que, nesse período, o movimento sindical estava dividido: de um lado a **CGT** – sindicalista e representante da maioria dos trabalhadores organizados – e do outro a *Unión Sindical Argentina (USA)* anarquista e comunista, liderada por sindicalistas dissidentes da CGT e uma série de sindicatos autônomos, que formavam uma parcela minoritária (ARGENTINA, 2010a).

Longe de ser um núcleo unificado, até meados de 1946 a CGT estava fraturada em duas correntes: a **CGT Nº1**, composta majoritariamente por trabalhadores do ramo de transporte, que pregava uma maior independência da *Confederación* em relação aos partidos e a **CGT Nº2**, que era próxima aos Partidos Socialista e Comunista. O princípio da “prescindência política” adotado pela **CGT Nº1** compôs a primeira fase do “neo-sindicalismo” argentino que pregava uma postura sindical autônoma, com ênfase na atuação específica em questões trabalhistas/sindicais e na boa relação com o governo, independente de qual fora (ARGENTINA, 2010a).

Já os representantes da **CGT Nº2** aspiravam que a central tivesse uma participação mais ativa em questões de política nacional e internacional, em forma coordenada com os partidos políticos (ARGENTINA, 2010a). A posição defendida pela **CGT Nº 1**, foi adotada pelo núcleo principal da organização, depois que os militares no poder aboliram a **CGT Nº2**, considerada pelos mesmos como uma entidade de inclinação “esquerdista” (CARDOSO & GINDIN, 2008. p.10).

Como aponta Souza (2012), “durante o primeiro mandato de Perón, o sindicalismo foi um de seus principais aliados”. Participaram ativamente do governo alguns membros da Junta Executiva (JE) da *Confederación*, indicados para compor o Ministério do Trabalho e o Ministério do Interior. “A CGT, que estava sob controle de Perón em 1950, foi usada para assumir o comando dos sindicatos não-peronistas, e até 1954 virtualmente todos os sindicatos argentinos haviam sofrido intervenção e seus líderes haviam sido afastados” (CARDOSO & GINDIN, 2008, p.10).



O segundo mandato de Perón

Sendo eleito em 1951 com 62% dos votos, Perón modificou o conteúdo de algumas das políticas implementadas em seu primeiro governo. Enquanto isso, a oposição ao peronismo tornava-se cada vez maior. Partidos tradicionais, como a UCR, comunistas, socialistas e a embaixada norte-americana, viam as políticas sociais de Perón como uma espécie de demagogia social, aumentando a pressão sobre o mandatário para que deixasse o cargo.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, o quadro internacional tornou-se desfavorável para a manutenção das políticas distributivas adotadas no mandato anterior. Em 1952 Perón convocou dezenas de sindicatos e empregadores para o **Congresso Nacional da Produtividade**, com o objetivo de gerar um processo de diálogo social tripartite (Estado-sindicatos-empregadores) para enfrentar a crise do déficit público e a incipiente crise financeira do Estado.

Os salários, por exemplo, aumentaram significativamente durante o primeiro mandato peronista. No entanto, a partir de 1952 foram congelados por acordos bianuais firmados entre sindicatos e o setor patronal. O **Instituto Argentino de Promoción del Intercambio (IAPI)**⁶ idealizado para ser um órgão autônomo, voltou a ser subordinado ao setor agrário-exportador, o que minou as estratégias de projeção internacional na Argentina.

A promulgação da **Lei Nº14.394/1954**, que tratava sobre o divórcio, sepultou as relações cordiais entre o governo peronista e a Igreja, acirrando a articulação da oposição para destituir Perón. Partindo desse contexto, a análise de Etulain (2005) é esclarecedora:

“Por volta de 1955, depois de encaminhada a reconstrução européia, os fluxos internacionais do capital financeiro voltaram a se orientar para América Latina, imprimindo, como consequência, novas transformações no mapa de alianças políticas da Argentina. Os limites impostos pelas condições econômicas internas e externas reanimaram as críticas dos setores opostos ao peronismo. Vários setores da sociedade argentina desenvolveram ressentimentos contra Perón e o peronismo. Boa parte da Igreja se sentiu desafiada pelas atitudes e declarações de Perón. A oligarquia e os setores mais poderosos da burguesia nacional também sentiam profunda antipatia pelo peronismo. Os militares, antiperonistas neste contexto, também se sentiram impulsionados ao antiperonismo. Assim, quando a situação se tornou mais complexa, o peronismo foi perdendo a capacidade de se manter no governo.” (ETULAIN, 2005, p.173)

Assim, em 1955 o segundo mandato de Perón foi interrompido por um golpe civil-militar – resultado do confronto entre os setores peronistas e não-peronistas – articulado por setores conservadores da política

⁶ Criado pelo **Decreto 15.350/1946**, o IAPI foi um órgão submetido ao Banco Central voltado para a centralização das atividades relacionadas ao comércio exterior, com o objetivo de alcançar uma inserção qualificada no mercado internacional e garantir a defesa dos interesses comerciais argentinos.



argentina. A chamada *Revolución Libertadora* encerrou o ciclo de políticas, estratégias e bandeiras peronistas que proporcionaram grandes transformações no cenário político da Argentina, sobretudo dentro do movimento sindical.

Considerações Finais

Até 1955, a relação entre o peronismo e o movimento sindical foi estável. De fato, os sindicatos tornaram-se a coluna vertebral do governo de Perón, que contou com o apoio dos setores majoritários da *Confederación General del Trabajo* desde sua chegada no *Departamento Nacional de Trabajo* até seus dois mandatos presidenciais. Durante seu primeiro governo, o mais assente, a estratégia de desenvolvimento baseada no intervencionismo estatal (através do modelo de substituição de importações), fortaleceu a base de garantias para os trabalhadores, principalmente os ferroviários.

Não se pode negar o peso da liderança de Perón sobre a classe trabalhadora, sobretudo, no com os *descamisados*. O período compreendido entre 1943 e 1995 foi marcado pelo incremento de políticas sociais e pela incorporação dos trabalhadores na vida política da argentina. Nesse contexto, a personalidade do líder carismático aliada ao lema “*Mejor que decir, es hacer*”, surge como uma oportunidade de consolidação de um movimento político organizado e mais, na “partidarização” do movimento sindical.

A ascensão do peronismo, atrelado ao sindicalismo, permitiu o fortalecimento do poder centralizador dos sindicatos, dado o estímulo oferecido aos trabalhadores para que se organizassem – ao contrário do que vinha sendo feito por governos anteriores. Ao assumir um viés intervencionista, a *Secretaria do Trabajo* foi um dos instrumentos utilizados pelo governo peronista para garantir o controle sobre as entidades sindicais e permitir que a influência do peronismo disputasse espaço com setores do chamado “sindicalismo tradicional”, composto por comunistas e socialistas. Entre 1946 e 1955 a *Confederación* passou a atuar na linha de frente das negociações coletivas. Isso foi suficiente para a consolidação da CGT como a maior central sindical do período pós-1955.

A vontade de autonomia política do movimento sindical argentino demonstra a necessidade de protagonizar uma ação política que nenhuma outra fração política assumiu como objetivo. A ascensão do modelo peronista preencheu o “vácio” político deixado por lideranças ditas tradicionais. Ou seja, pode-se dizer que a autonomia política subitamente imposta ao movimento operário pelos rápidos acontecimentos



que se sucederam entre 1943 e 1955 garantiram a Perón um terreno fértil para a expansão do seu “modelo político”, o mesmo que o levou a presidência por duas vezes.

Perón nacionalizou as companhias de estradas de ferro, telefones, gás e algumas empresas de energia elétrica, além de ter promovido o aumento da produção industrial nacional e a elevação das taxas de emprego. Com a morte de sua companheira, Evita, em 1952 e o início da perseguição política que culminou em um novo golpe militar em 1955, o presidente passou a influenciar a política argentina “de fora”, no exílio.

O peronismo deixou um legado de políticas sociais, trabalhistas e econômicas que até hoje o fazem lembrar como um legado para o movimento sindical na Argentina. Foi responsável pela abertura da participação dos sindicatos na política nacional, liderada pela CGT. Durante seu mais longo mandato Perón garantiu, à luz do que representava o peronismo, o exercício da atividade sindical, atividade esta que voltaria a ser reprimida com o início do regime militar em 1976.

Referências Bibliográficas

ARGENTINA (2010a). Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. *Historia del Movimiento Obrero de finel del siglo XIX a 1976*. Disponível em <http://www.trabajo.gov.ar/downloads/formacionsindical/modulo_mov_obrero_2010.pdf> Acesso em 25 Mar 2016.

_____. (2010b). Ministerio de Trabajo Empleo y Seguridad Social. *Manual de Historia del Movimiento Obrero Argentino*. Curso: Desarrollo de Políticas Sindicales. Disponível em <<http://www.trabajo.gov.ar/downloads/formacionSindical/Manual%20de%20Historia.pdf>> Acesso em 02 Mar. 2016

CAMPO, Hugo del. *Sindicalismo y peronismo: los comienzos de um vínculo perdurable*. 1ª d. 1983. Buenos Aires, Argentina : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

CARDOSO, Adalberto & GINDIN, Julián. *Relações de Trabalho, Sindicalismo e Coesão Social na América Latina. Projeto Nova Agenda de Coesão Social para a América Latina. São Paulo, Brasil e Santiago do Chile* (2008). Disponível em <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/11645.pdf> Acesso em 04 Dez. 2015.



ETULAIN, Carlos R. *Peronismo e origem dos operários na Argentina*. Estudos de Sociologia, Araraquara, 18/19, 163-176, 2005. Disponível em <http://www.seer.fclar.unesp.br/estudos/article/download/120/117>. Acesso 15 Abr. 2016. Acesso 20 Jun. 2016

LOBATO, Mirta Z. Historia de las instituciones laborales en Argentina: una asignatura pendiente. *Revista de Trabajo*, ano 3, nº 4. Enero, noviembre, 2007. Disponível em < http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/descargas/revistaDeTrabajo/2007n04_revistaDeTrabajo/2007n04_a09_mzLobato.pdf > Acesso em 17 Mar 2016.

LUCCA, Juan. B. Origem e transformação do enraizamento sindical do Partido Justicialista (Argentina) e do Partido dos Trabalhadores (Brasil). *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho, 2011, pp. 287-320. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a11n5.pdf> > Acesso em 03 Fev. 2016.

SOUZA, Davisson C.C. Notas para uma análise comparativa das tradições de luta do movimento operário e sindical brasileiro e argentino. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. V. 2, n. 2. *Dossiê: Cultura e Política*, dez. 2012. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/21948/12036> > Acesso em 12 Dez. 2015